



(AFRO)ALFABETIZAÇÃO E LUDICIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE BOLSISTAS DO PIBID EM ILHÉUS (BA)

Esther da Silva Andrade¹
Ana Luiza Evangelista Santos²
Jussara Tânia Silva Moreira³

Resumo

Este relato de experiência nasceu no âmbito do Subprojeto de Pedagogia “Afro-alfabetizar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a Ludicidade na Educação Infantil”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). assim, tem por objetivo analisar a contribuição da afro-alfabetização e da ludicidade no ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, promovendo o reconhecimento e o fortalecimento das identidades étnico-raciais de crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ao integrar alfabetização e valorização da cultura afro-brasileira e indígena, dialoga com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, a perspectiva de Gomes (2017) e Santos (2022), sobre a necessidade de uma educação antirracista. Dessa forma, o Subprojeto de Pedagogia (PIBID/UESC), busca ir além da inclusão de conteúdos, propondo uma revisão das práticas pedagógicas cotidianas para desconstruir o racismo estrutural e promover o reconhecimento das identidades negras e indígenas. A estratégia central, desenvolvida por bolsistas do curso de Pedagogia e pertencentes ao PIBID em Ilhéus (BA), consistiu na criação e aplicação de Histórias em Quadrinhos (HQs). A metodologia foi qualitativa, fundamentada na pesquisa-ação, incluindo observações, escutas, rodas de conversa e visitas ao Centro Histórico da cidade. Esses dados subsidiaram roteiros e ilustrações que articularam alfabetização e representatividade cultural, aproximando as crianças de sua forte herança africana, ainda sub-representada no currículo. Os resultados parciais indicam maior interesse das crianças pela leitura e escrita, criação de personagens inspirados no cotidiano e a ressignificação do Centro Histórico como espaço de memória e resistência negra. A experiência reafirma o PIBID/UESC como um espaço formativo que integra teoria e práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade e a transformação social

Palavras-chave: Afroalfabetização, Cultura afro-brasileira, Diversidade.

Introdução

A discussão sobre a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem ganhado centralidade nos debates contemporâneos, especialmente quando articulada à valorização das

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, esandrade.pdg@uesc.br;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, alesantos.pdg@uesc.br;

³ Profa Dra do Departamento de Ciências da Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Coordenadora de Área do Subprojeto de Pedagogia, "Afro-Alfabetizar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a Ludicidade na Educação Infantil", e-mail jtsmoreira@uesc.br





identidades étnico-raciais e à implementação de uma educação antirracista. As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, ao tornarem obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, estabelecem o imperativo legal de que o processo de alfabetizar transcenda o domínio técnico da leitura e da escrita, incorporando as dimensões culturais, históricas e sociais que compõem a identidade dos sujeitos.

Nesse contexto, insere-se o Subprojeto de Pedagogia “Afro-alfabetizar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a Ludicidade na Educação Infantil”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). A proposta surge da compreensão de que a formação inicial do professor deve ser um espaço de ressignificação curricular, onde as práticas pedagógicas são concebidas para promover a equidade racial, articulando a técnica da alfabetização com o reconhecimento da identidade e da cultura negra. É sob a perspectiva de uma pedagogia afirmativa e crítica que se delineia a finalidade deste trabalho.

Assim, tem por objetivo analisar a contribuição da afro-alfabetização e da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, promovendo o reconhecimento e o fortalecimento das identidades étnico-raciais de crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, O presente estudo se apoia em uma perspectiva crítica da educação, que reconhece o ambiente escolar como um espaço de afirmação de identidades e saberes silenciados. A articulação teórica centraliza-se na educação antirracista, na afro-alfabetização e na ludicidade como ferramentas de emancipação. A educação antirracista é o pilar ético e político deste trabalho. Nilma Lino Gomes (2017) estabelece que o combate ao racismo na escola exige uma mudança profunda nas relações pedagógicas, indo além da simples inclusão de conteúdos, torna-se preciso romper com atitudes que silenciam as contribuições dos povos negros e indígenas nos currículos escolares.

Essa perspectiva já foi determinada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008) que fornecem o arcabouço legal para essa transformação, tornando a valorização da história e cultura afro-brasileira um imperativo curricular de justiça social.

É para trazer de fato para dentro da escola o que versa o texto legal, que o foi pensado enquanto proposta pedagógica a Afro-alfabetização, modelo que propõe o aprendizado da leitura e da escrita inseparável das histórias, vivências e expressões culturais das crianças.





Essa visão se alinha à pedagogia de Paulo Freire (1996), que concebe a alfabetização como um ato libertador em que “ler a palavra” está intrinsecamente ligado a “ler o mundo”.

Ao valorizar as identidades e a ancestralidade, reforça o reconhecimento que Santos propõe, quando registra que “a desqualificação das ações de cunho racista serve como um importante mecanismo para deslegitimar quem sofre racismo” (2022, p. 17). Com isto nega as contribuições dos povos negros, ressignificar essa questão é papel da escola, sendo fundamental para que as crianças se enxerguem como protagonistas da história nacional, fortalecendo a autoestima e o sentimento de pertencimento.

Cabe ainda pontuar que, para caminhar por essa experiência proporcionada pelo PIBID/UESC, passamos por um processo de investigação dentro da abordagem qualitativa, com os fundamentos da pesquisa-ação. Assim, foi desenvolvida junto a turmas de escolas públicas de Ilhéus (BA), pelas bolsistas do PIBID, um ciclo contínuo de observação e intervenção, culminando na elaboração e aplicação de Histórias em Quadrinhos (HQs), que criadas coletivamente, abordaram temas identitários e aspectos da cultura local como instrumentos de mediação pedagógica.

Para atingir o objetivo proposto, esse texto está estruturado nas seguintes seções: esta Introdução, que apresenta o tema, o objetivo e o referencial teórico, que fundamentou os conceitos de educação antirracista e afro-alfabetização; em seguida descrevemos a Metodologia, que detalha o percurso da utilização da pesquisa-ação no processo de construção do trabalho pedagógico; os Resultados e Discussão, que analisam as práticas e os avanços observados; e, as Considerações Finais, que sintetizam as conclusões e as contribuições do subprojeto para nossa vida acadêmica e profissional.

Metodologia

O trabalho se desenvolveu dentro da abordagem qualitativa, buscando a compreensão dos fenômenos sociais, das relações pedagógicas e dos significados atribuídos pelos sujeitos à experiência de afro-alfabetização. Nesta perspectiva, como aponta Chizzotti (2018), a pesquisa não se limita à coleta de dados quantificáveis, mas aprofunda-se na análise do processo, do contexto e da subjetividade dos atores envolvidos, sendo essencial para desvendar as complexas dinâmicas de inclusão e exclusão no ambiente escolar.





Em termos de método, foi adotada a Pesquisa-Ação, conforme proposta por Thiollent (2011). Esta abordagem é inerentemente dialógica e transformadora, articulando a investigação científica com a ação prática para resolver problemas sociais de forma colaborativa. No decorrer do processo, a Pesquisa-Ação serviu como um campo-escola, espaço de encontro produtivo e crítico, envolvendo a colaboração dos pesquisadores (bolsistas do PIBID/UESC) e dos participantes (alunos, pais e professores da rede pública de Ilhéus-BA) em um ciclo contínuo de intervenção, discussão e reflexão.

Do ponto de vista formativo, a vivência no PIBID possibilitou às bolsistas compreenderem a importância de planejar ações pedagógicas críticas, criativas e comprometidas com a equidade racial. O processo de pesquisa-ação revelou-se um espaço de discussão, reflexão e transformação junto à sociedade, apresentando que teoria e prática se encontram para ressignificar o papel do professor como agente de mudança social. Para apresentar essa vivência, em seguida elencamos como aconteceu cada etapa de trabalho.

O trabalho foi conduzido junto a turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Pública Municipal de Ilhéus (BA), no âmbito do Subprojeto de Pedagogia “Afro-alfabetizar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a Ludicidade na Educação Infantil”. O percurso metodológico seguiu um ciclo rigoroso, detalhado em quatro etapas principais:

Etapa 1: Diagnóstico e Imersão: realização de observações nas salas de aula e escutas sensíveis/rodas de conversa com alunos e professores; discussões sobre o interesse da comunidade escolar e visitas ao centro histórico de Ilhéus-BA para resgatar memórias afrodescendentes e o contexto sociocultural das crianças. Instrumento: registro no diário de bordo. Objetivo da etapa: compreender o contexto local, identificar lacunas de representatividade e coletar elementos significativos (histórias, falas, sotaques) para o planejamento.

Etapa 2: Planejamento e Criação: organização criativa para desenvolver personagens de interesse e representação junto à comunidade escolar; elaboração e produção coletiva de Histórias em Quadrinhos (HQs) pelas bolsistas. Os temas das HQs (identidade, ancestralidade, cultura afro-brasileira) foram definidos com base nos dados do diagnóstico da Etapa 1. Desenho do plano de intervenção pedagógica, integrando o uso das HQs ao currículo de alfabetização. Instrumento: produções textuais das bolsistas (roteiros de HQs). Objetivo da





etapa: criar um recurso didático que unisse a técnica de alfabetização à valorização da representatividade das crianças negras e indígenas na história da cidade.

Etapa 3: Intervenção e Acompanhamento: Aplicação das HQs como recurso didático durante as práticas de leitura e escrita. Promoção de atividades lúdicas e discussões em sala de aula sobre temas como negritude, tons de pele e tipos de cabelo. Instrumento: registros fotográficos. Objetivo da etapa: buscar a integração entre o letramento e o fortalecimento da identidade negra/indígena das crianças.

Etapa 4: Reflexão e Avaliação: Realização de registros reflexivos individuais e coletivos (diário de bordo). Reuniões de avaliação e discussão dos resultados das produções das crianças. Instrumento: análise das produções escritas dos alunos. Objetivo da etapa: analisar as respostas das crianças, os avanços observados e as dificuldades encontradas, buscando ajustar as estratégias pedagógicas para um novo ciclo de ação-reflexão, consolidando o processo formativo das futuras professoras.

A experiência vivenciada reside precisamente no fato de a abordagem qualitativa e a Pesquisa-Ação terem atuado como o campo-escola ideal para a Afro-alfabetização. A abordagem qualitativa, ao valorizar os significados e as relações pedagógicas, permitiu que as falas e a cultura das crianças (o objeto da afro-alfabetização) se tornassem dados válidos. Por sua vez, a Pesquisa-Ação, com seu ciclo de intervenção-reflexão, não apenas investigou a realidade do letramento e da questão étnico-racial, mas também provocou ativamente a transformação dessa realidade, garantindo que a vivência fosse formativa e crítica para todos os envolvidos.

Resultados e Discussão

A vivência na realização dessa atividade, dentro do Subprojeto de Pedagogia PIBID/UESC, evidenciou que o processo de alfabetização se torna mais significativo e eficaz quando se conecta à realidade e à identidade dos estudantes. Os resultados práticos demonstraram que o uso de recursos lúdicos, sobretudo as Histórias em Quadrinhos com temáticas regionais e afro-brasileiras, estimula a curiosidade e a produção do envolvimento das crianças, melhorando a compreensão da leitura e da escrita de forma mais espontânea e





criativa. A ludicidade, aliada à representatividade cultural próxima ao cotidiano dos/as alunos/as, consolida uma práxis pedagógica crítica e inclusiva.

Os relatos e produções das turmas da escola parceira têm demonstrado avanços não apenas no domínio da leitura e da escrita, mas, crucialmente, na ampliação do olhar crítico sobre si e sobre o outro. Ao reconhecerem aspectos de suas vivências e de sua ancestralidade nas propostas pedagógicas, as crianças passaram a valorizar suas origens e a se expressar com maior segurança. Essa mudança de postura é um indicador direto do êxito da Educação Antirracista, que, segundo Nilma Lino Gomes (2017), exige a revisão profunda das concepções de sujeito e de humanidade. A intervenção demonstrou ser um ato político e ético ao afirmar identidades e romper com visões estereotipadas.

Neste ponto, a experiência pibidiana se revela fundamental no combate ao racismo estrutural. Ynaê Lopes dos Santos afirma que o racismo no Brasil é frequentemente visto como *doxa* (opinião) e é parte integrante daquilo que se considera "normal" (2022, p.18). A Afro-alfabetização confronta essa normalização, ao inserir a história e a cultura negra como conteúdos legítimos de letramento, em um projeto que visa transformar a escola, deixa de tratar a diversidade como uma questão de opinião, inserindo-a como verdade histórica e curricular a contribuição dos negros e indígenas na construção da história do Brasil, fortalece a identidade e o pertencimento, deslegitima o silenciamento das contribuições negras, que é um mecanismo central do racismo estrutural (Santos, 2022).

Converter a sala de aula em um espaço de poder reverso, onde a autoestima e o reconhecimento passam a organizar as relações pedagógicas, questiona e rompe com a lógica de “privilégios historicamente usufruídos pela supremacia branca” (Santos, 2022, p. 19).

Do ponto de vista formativo, a experiência provocou reflexões profundas entre as bolsistas sobre o papel social do ser professor e sobre a necessidade de planejar práticas que unam alfabetização, cultura e criticidade. Com base nos registros da Pesquisa-Ação e nas trocas coletivas, compreendemos que ensinar a ler e escrever é também ensinar a ver este mundo de forma mais justa e plural. Assim, os resultados indicam que a articulação entre alfabetização e valorização étnico-racial não apenas potencializa a aprendizagem, mas transforma o ambiente escolar em um espaço de reconhecimento e construção de novas narrativas sobre ser e pertencer, cumprindo a função social da escola como ferramenta de emancipação.





Considerações Finais

Falar sobre alfabetização centralizada dentro da diversidade étnico-racial é entender que a escola é um espaço de convivência e de trocas, onde diferentes identidades e saberes precisam ser reconhecidos. Com essa visão, nós, como futuras educadoras, precisamos trabalhar as culturas afro-brasileira e indígena não apenas em datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra ou o Dia dos Povos Indígenas, mas de forma contínua e integrada às práticas escolares. O subprojeto de Pedagogia PIBID/UESC, ao trabalhar com a afroalfabetização parte do entendimento de que alfabetizar também é acolher, reconhecer e fortalecer identidades. Quando a alfabetização está ligada à cultura e à representatividade, ela se transforma em um ato de resistência e afirmação.

Assim, a experiência de Afro-alfabetização não se limitou a uma intervenção pedagógica; ela se estabeleceu como um ato político de combate ao racismo estrutural. O ciclo contínuo de planejamento, ação e reflexão não apenas permitiu o domínio da leitura e da escrita, mas, principalmente, fortaleceu o sentimento de pertencimento e a identidade étnico-racial das crianças, desnaturalizando a lógica da desqualificação.

Constatamos, portanto, que a articulação da Afro-alfabetização e da ludicidade com a formação docente contribui decisivamente para a efetivação de uma educação antirracista e democrática, conforme o arcabouço legal das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A continuidade de projetos como este reafirma o papel essencial do PIBID na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e demonstra que a transformação social na educação começa na sala de aula, quando se decide que toda criança tem o direito de se ver, de ter sua voz ouvida e de ser protagonista de sua própria história.

Referências

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**: evolução e desafios. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo





oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma. L. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Ynaê. L. dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

